



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Macaé
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011.
GABINETE VEREADOR LUCIANO DINIZ

ATA DA REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA — PCD

Câmara Municipal de Macaé — Sala de Reunião do Plenário

07 de abril de 2026

Aos sete dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, reuniram-se na Sala de Reunião do Plenário da Câmara Municipal de Macaé, em sessão ordinária, os membros da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência — PCD, sob a presidência do Vereador Nilton César Pereira Moreira, conhecido como Cesinha. Estiveram presentes os Vereadores Liomar Queiroz, Dra. Mayara Rezende, Luciano Diniz e Leandra Lopes. A reunião contou ainda com a participação da Secretária Municipal de Atenção Básica, Simone Sales, da Coordenadora Geral de Políticas para PCD, Caroline Mizurine, de conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoa com Deficiência e de representantes da Associação AME+ (Associação de Atendimento Multidisciplinar Especializado), MOPAM (Motivados pelo Autismo de Macaé), Instituto IClube T21, Núcleo de Dança Portadores de Alegria, Associação Pestalozzi de Macaé, APAE - Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais, Macaé Paralímpica (Macaé Basquete sobre Rodas), CESMA (Centro de Surdos de Macaé), AMADA (Associação Macaense de Apoio à Deficiência Auditiva), Associação Acolher (Associação de Apoio e Acesso à Cannabis Medicinal), Também estiveram presentes e atuaram como intérpretes de libras, Luísa Shelles e Igor Pires.

DA ABERTURA DOS TRABALHOS

O Presidente da Frente Parlamentar, Vereador Cesinha, deu início à reunião saudando todos os presentes e explicando que a pauta do encontro estava voltada, primordialmente, para a apresentação dos participantes e para a escuta ativa das demandas da sociedade civil organizada. Ressaltou a importância da participação coletiva para que as políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência pudessem ser elaboradas e implementadas com maior celeridade. Destacou que a Frente Parlamentar vem desenvolvendo trabalhos há anos no município de Macaé e que avanços



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Macaé
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011.

GABINETE VEREADOR LUCIANO DINIZ

foram conquistados, mas que ainda há muito por ser feito. Reafirmou o compromisso de todos os vereadores que integram a Frente, bem como da Câmara Municipal de Macaé e de seu presidente, Alan Mansur, em continuar atuando em defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

Em seguida, o Presidente cedeu a palavra aos demais vereadores presentes para que realizassem breve manifestação inicial.

DOS PRONUNCIAMENTOS DOS VEREADORES

A Vereadora Liomar Queiroz, ao tomar a palavra, cumprimentou os presentes e manifestou satisfação com o comparecimento das entidades e da comunidade à reunião, considerando-o um sinal de avanço. Relatou que havia recebido uma reclamação acerca da falta de intérpretes de Libras em alguns eventos públicos do município, prejudicando o acesso de pessoas surdas às informações e às ações promovidas pela gestão municipal. Afirmou que a sua participação na reunião estava voltada sobretudo à escuta, reconhecendo que ainda há muito a avançar na seara da inclusão no município e reiterou o compromisso parlamentar de integrar as demandas da comunidade às ações da Câmara.

A Vereadora Dra. Mayara Rezende também se pronunciou, destacando a honra de fazer parte de uma frente parlamentar que trata de tema tão relevante quanto a inclusão em um município em franco crescimento econômico como Macaé. Apontou que, não obstante o desenvolvimento da cidade, ainda se verificam muitas carências na área da inclusão. Citou um exemplo simbólico: a dificuldade que uma usuária de cadeira de rodas enfrentara para acessar a própria Câmara Municipal por conta de um degrau na entrada, ilustrando que a inclusão precisa ser observada em todos os aspectos e de forma natural. Mencionou encontro recente com a Dra. Livia Lobo, em que foram abordadas questões relativas a crianças com autismo, e fez um paralelo com o racismo velado existente no Brasil para tratar da invisibilidade da exclusão. Saudou a presença de Carol à frente da Coordenadoria Municipal da Pessoa com Deficiência, reconhecendo-a como fruto de uma gestão comprometida com a transformação de Macaé e referência na área. Defendeu a criação de uma secretaria específica para a área, que permitiria maior integração das políticas de inclusão em todas as frentes do município. Reafirmou o compromisso do seu mandato e dos demais colegas da Frente.

O Vereador Luciano Diniz, iniciou sua apresentação identificando-se através de seu sinal em Libras cumprimentando os presentes, em seguida realizou um panorama do funcionamento das



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Macaé
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011.

GABINETE VEREADOR LUCIANO DINIZ

frentes parlamentares existentes na Câmara Municipal de Macaé, explicando que o município conta com cinco frentes, entre as quais aquelas dedicadas à mobilidade por bicicleta e ciclovias, à despoluição da Lagoa de Imboassica, ao combate à desertificação do centro e a própria Frente PCD. Esclareceu que as reuniões da Frente PCD ocorrem a cada dois meses, com participação das Secretarias de Saúde, Desenvolvimento Social e Educação, além das organizações da sociedade civil. O vereador enfatizou que, se não fosse o trabalho da Frente, não teriam sido contratados cerca de trezentos profissionais auxiliares para atendimento em sala de aula, conforme exigência da legislação federal, que determina a presença de um profissional de apoio nas escolas, para crianças com necessidades especiais. Também destacou como conquista a identificação, pela Secretaria de Desenvolvimento Social, das pessoas que solicitavam atendimento. Reconheceu, contudo, que o Centro de Referência para a Pessoa com Deficiência ainda não saiu do papel, o que denominou como um dos maiores desafios da Frente. Registrou que o Prefeito Welberth Rezende está empenhado nessa conquista e fará o possível para que essa proposta se concretize o mais rápido possível, dado que Macaé possui recursos financeiros, mão de obra disponível e comissões de licitação para dar início a empreitada. Concluiu sua fala desejando uma boa reunião e contextualizando o formato do encontro, informando que as atas são elaboradas pelo Dr. Roan e pelo servidor Glauro, e que a comunicação oficial da reunião ficaria a cargo da equipe de comunicação da Câmara.

DA APRESENTAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Após as manifestações dos vereadores, o Presidente da Frente concedeu a palavra às organizações presentes para apresentação. Fizeram-se representar as seguintes entidades e instâncias: MOPAM (Movimento de Pais e Amigos do Município), Coordenação PCD do Município, Instituto Clube T21, Portadores da Alegria, Acolher Macaé, Associação Amemais, Pestalozzi Macaé, Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, CESMA (Centro de Estudos e Serviços de Macaé), APAE Macaé, Clínica do Autista, AMADA (Associação Macaense dos Deficientes Auditivos), SESMA (Sociedade dos Surdos de Macaé) e Basquete sobre Rodas.

DAS FALAS E DEMANDAS DA SOCIEDADE CIVIL

O Sr. André Siqueira representante do Instituto Clube T21 tomou a palavra e relatou que, em 2024 e 2025, um grupo de organizações da sociedade civil — entre as quais AMADA, Pestalozzi e Portadores da Alegria — elaborou coletivamente um documento estruturado, contendo uma espinha



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Macaé
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011.

GABINETE VEREADOR LUCIANO DINIZ

dorsal de propostas para o atendimento às pessoas com deficiência no município. Esse documento foi apresentado a candidatos a vereador e prefeito nas eleições da época e contemplava aspectos como a constituição de um conselho, um programa de ações com metas estabelecidas, mecanismos de fiscalização e a presença de uma Câmara atuante. André Siqueira sugeriu que os vereadores utilizassem esse material, já endossado pelas organizações do setor, como base para as políticas públicas a serem implementadas na gestão 2025-2028.

O representante defendeu ainda que a estrutura para atendimento às pessoas com deficiência não se restringisse a um único Centro localizado em área específica, mas que fosse distribuída pelos setores administrativos em que o município de Macaé já se encontra dividido — o que tornaria o acesso mais viável do ponto de vista logístico, especialmente para moradores de bairros distantes, como o Lagomar, onde a acessibilidade e o transporte são precários e onde a chegada em horários determinados para terapias torna-se um desafio real. Propôs que o Centro de Referência fosse um espaço integrador, que reunisse não apenas as pessoas com deficiência, mas também seus familiares — pais, irmãos e cuidadores —, levando em conta os impactos psicológicos da deficiência sobre todo o núcleo familiar. Também sugeriu que a Frente PCD tivesse voz ativa nas demais frentes parlamentares, como na discussão sobre ciclovias, indagando onde ficariam os cadeirantes nas vias de mobilidade. Citou ter presenciado um cadeirante transitando entre carros na Linha Vermelha, evidenciando a precariedade da acessibilidade urbana em Macaé. Colocou também sobre ausência de intérpretes de Libras nas reuniões do CMDPD.

Da mesma forma, o diretor da CESMA Dalbi Macedo, matriculado no curso de Pintura Industrial na Secretaria de Qualificação Profissional, expôs a sua dificuldade em permanecer nas aulas tendo em vista a falta do intérprete de Libras. O Vereador Cesinha disse que oficializaria as Secretarias responsáveis.

Cesinha questionou ainda se o material elaborado pelas organizações poderia ser encaminhado à equipe responsável pela elaboração do Centro de Referência, ao que a Secretária de Atenção Básica, Simone, respondeu afirmativamente, informando que já havia uma construção sendo feita de forma coletiva e que o documento viria a somar às discussões já em curso.



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Macaé
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011.

GABINETE VEREADOR LUCIANO DINIZ

A Vereadora Dra. Mayara Rezende aproveitou a oportunidade para informar à plenária sobre um projeto de lei de sua autoria, assinado também pelos Vereadores Cesinha e Luciano Diniz, que institui a Política Municipal de Proteção e Garantia de Direitos da Pessoa com Deficiência no município de Macaé. O projeto já havia sido lido em plenária e aguardava votação, com expectativa de sanção pelo Prefeito antes da próxima reunião da Frente.

A Secretária de Atenção Básica, Simone Sales, fez uso da palavra para complementar as informações acerca do Centro de Referência PCD. Esclareceu que o equipamento não terá restrição de idade — diferentemente de outros serviços existentes —, e que a gestão se encontra na fase inicial de elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP), que é documento obrigatório para instruir o processo de licitação. Essa fase consiste em definir o que o equipamento terá em sua estrutura, como piscina, quadra poliesportiva, consultórios e salas de aula. Após a conclusão do ETP, será realizado novo encontro com as partes envolvidas para detalhamento dos serviços.

A Sra. Vania Tolipan manifestou dificuldades específicas enfrentadas no acesso ao setor de órteses e próteses do município, relatando que o serviço não realizava as medições necessárias no local, exigindo deslocamentos que se tornavam obstáculos para os usuários. A Secretária Simone comprometeu-se a verificar a situação, ressaltando que as demandas só chegam ao conhecimento da gestão por meio de ouvidoria, reclamações formais ou manifestações como a da reunião. A Sra. Vania acrescentou que seria muito valioso para o município a criação de uma oficina local para desenvolvimento e adaptação de materiais assistivos.

O Vereador Cesinha reforçou que aquele era o propósito central da reunião: ouvir demandas e dificuldades para encaminhar soluções, e pediu que a fala fosse direcionada também ao Conselho Municipal.

A representante do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Graciele, sugeriu a criação de um sistema unificado de informações capaz de consolidar o censo das pessoas com deficiência no município, integrando dados da saúde, da educação e da assistência social. Argumentou que os números hoje existentes nas diversas secretarias são inconsistentes entre si e que essa fragmentação impede uma visão real da demanda. Levantou também a questão da adaptação dos ônibus escolares para crianças com deficiência, alertando para o fato de que veículos



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Macaé
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011.

GABINETE VEREADOR LUCIANO DINIZ

inadequados comprometem a integridade e o bem-estar dessas crianças. O Vereador Cesinha solicitou informações sobre as linhas específicas com deficiências de adaptação, comprometendo-se a oficiar as empresas responsáveis, lembrando que a obrigação legal de fornecer veículo adequado para aluno com deficiência recai sobre as empresas contratadas. Narrou caso recente em que um veículo de transporte escolar percorria simultaneamente a rota da rede pública e a da rede privada, fazendo com que um aluno saísse às 17 horas e chegasse em casa às 20 horas.

A representante do Conselho também abordou a dificuldade de inclusão de pessoas com deficiência que não dependem do serviço público nos cadastros municipais, já que essas pessoas ficam à margem das contagens oficiais. Lembrou que, anos atrás, foi realizado um censo domiciliar especializado — associado ao programa Macaé Cidadão — que permitia mapear, bairro a bairro, o tipo e a quantidade de deficiências, incluindo visitas presenciais às residências. Considerou que seria necessário retomar essa modalidade de levantamento, adaptada às ferramentas tecnológicas atuais, inclusive com tradução em Libras para alcançar a comunidade surda. Citou ainda que o receio de perda de benefícios tem inibido a participação das pessoas nos cadastros digitais disponibilizados pela Prefeitura.

A questão da continuidade do atendimento após determinada faixa etária foi levantada por representante do Conselho, que apontou que, ao completar certa idade, crianças com deficiência deixam de ser assistidas pelas escolas municipais e as famílias ficam desamparadas quanto às opções de qualificação profissional. Foram mencionadas, em resposta, ações já em curso: legislação municipal vigente que cria um banco de empregos para pessoas com deficiência, em articulação com a Secretaria de Trabalho e Renda, e a elaboração de um sistema de recadastramento com link de inscrição divulgado pela Secretaria de Comunicação.

A representante do MOPAM (Movimento de Pais e Amigos do Município), falando tanto na condição de mãe quanto de integrante da organização, trouxe como demanda central a necessidade de consolidação e continuidade do histórico das crianças com deficiência ao longo de sua trajetória escolar. Denunciou que, quando uma criança muda de escola ou de segmento de ensino, todo o histórico construído — relatórios de professores de sala de recursos, laudos, avaliações de terapeutas — se perde, e a família precisa recomeçar do zero as cobranças por auxiliares de sala e atendimentos especializados. Defendeu a criação de um sistema integrado que unisse saúde, educação e



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Macaé
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011.

GABINETE VEREADOR LUCIANO DINIZ

assistência social em uma plataforma única, onde todas essas informações pudessem ser acessadas por qualquer unidade educacional, otimizando o atendimento e reduzindo o tempo de espera. Destacou que, com o aumento expressivo do número de crianças com deficiência nas salas de aula — citando o exemplo de uma turma de educação infantil com cinco crianças com necessidades especiais — a estrutura escolar se torna incapaz de acompanhar individualmente cada caso. Alertou para o que chamou de abandono sistemático no momento em que o aluno migra da rede municipal para a rede estadual de ensino, pois as políticas municipais de apoio deixam de abranger esses estudantes, sem que o Estado assuma de forma equivalente as obrigações de atendimento. A Vereadora Leandra disse que ao passar da educação infantil para o ensino fundamental, o aluno geralmente enfrenta a troca de escola e de auxiliares, o que interrompe o vínculo e o histórico de acompanhamento. O aumento da demanda e o volume de transferências dificultam o arquivamento e o repasse de dados individuais de cada aluno entre as instituições. Muitas escolas carecem de orientadores educacionais para gerir essa transição. Em alguns casos, ao mudar de rede a criança deixa de ser reconhecida como pessoa com deficiência (PCD) perdendo o acesso a mediadores e auxiliares. O problema se agrava quando a criança muda da rede municipal para a estadual. Ao se tornar aluno do Estado, ele perde o acesso aos centros de atendimento municipais como os (CMAs). Existe uma crítica a interrupção do serviço baseada na esfera administrativa. As pessoas defendem que, como a pessoa continua sendo um munícipe, o atendimento deveria ser mantido de forma intersetorial. A proposta é, a necessidade de criar mecanismos de comunicação e colaboração entre as redes municipal e estadual. Garantir que o suporte terapêutico e pedagógico seja contínuo, independente da rede de ensino em que o aluno esteja matriculado.

A Associação MOPAM convidou a todos os presentes a participarem da 7ª Caminhada de Conscientização do TEA no domingo seguinte, 12 de abril, na Praia dos Cavaleiros.

Outra representante das organizações, com atuação na área de neurodivergência e transtornos do neurodesenvolvimento, defendeu o modelo de um Centro de Referência que receba as pessoas com deficiência e as distribua para o terceiro setor conforme suas necessidades, garantindo acompanhamento longitudinal — desde a infância até a inserção no mercado de trabalho. Ressaltou que o autismo não tem graus fixos, mas níveis de suporte que variam ao longo da vida, e que não se deve partir do pressuposto de que uma pessoa que fala e lê não precisará de apoio em alguma fase.



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Macaé
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011.

GABINETE VEREADOR LUCIANO DINIZ

Criticou a falta de integração entre as organizações do terceiro setor, propondo que os esforços fossem orquestrados de forma coletiva. Informou que sua organização realiza avaliações psicológicas, psicossociais, de risco e neuropsicológicas, e relatou dificuldades de acesso a insumos e testes para viabilizar esses serviços. Destacou que Macaé já está à frente de outras cidades em termos de organização do setor, mas que a prática ainda deixa muito a desejar pela falta de integração entre as iniciativas.

Representante de outra organização presente abordou a dificuldade de obtenção de laudos atualizados para acesso a serviços, citando que crianças com condições genéticas permanentes são submetidas periodicamente a novas exigências de renovação de laudos, o que representa um ônus desproporcionado para as famílias. Informou que a legislação federal assegura o direito ao laudo permanente para pessoas com patologias permanentes, e que a Câmara Municipal pode e deve oficiar os órgãos competentes — inclusive o INSS — para que a lei seja cumprida na ponta do atendimento. Acrescentou a demanda por maior facilidade de acesso aos especialistas em neurologia, especialmente para os fins de perícia do INSS, citando que os pacientes enfrentam filas de espera que inviabilizam o cumprimento dos prazos exigidos pela autarquia federal.

A Secretária de Atenção Básica, Simone Sales, respondeu às demandas relacionadas à fila de neuropediatria, informando que a gestão tem avançado significativamente nessa área. Relatou que a fila de espera, que chegou a quase 1.900 crianças, foi reduzida para 1.311, com previsão de novos atendimentos em mutirão. Esclareceu que pacientes que não aderiam à tele-saúde continuavam aguardando o atendimento presencial, mas que a Secretaria tem buscado ampliar o número de neuropediatras e neurologistas adultos. Citou como complicador o fato de Macaé possuir 319 mil cartões SUS para uma população estimada em 246 mil habitantes pelo IBGE, atendendo, portanto, usuários de municípios vizinhos, o que sobrecarrega os serviços locais. Ressaltou que a Secretaria tem realizado esforços contínuos para reduzir as filas e pediu que as pessoas mantenham seus cadastros atualizados no SISREG, pois muitos casos de demora se devem a dados de contato desatualizados que impedem a comunicação com o paciente.

O Presidente Luciano Pires da Costa, do SESMA — Sociedade dos Surdos de Macaé —, fez uso da palavra para tratar das dificuldades enfrentadas pela comunidade surda no município. Informou que o SESMA possui sede e busca apoio para ampliar suas atividades. Denunciou a invisibilidade das



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Macaé
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011.

GABINETE VEREADOR LUCIANO DINIZ

peças com deficiência auditiva nas políticas públicas municipais, citando a escassez de intérpretes de Libras qualificados no município. Relatou que a pessoa com deficiência visual também está sendo deixada à margem, com associações que anteriormente existiam sendo dissolvidas ao longo dos anos. Defendeu que o futuro centro de referência contemple e fortaleça as instituições do terceiro setor já existentes, que há anos prestam serviço à comunidade, pois sem esse suporte corre-se o risco de que essas organizações venham a encerrar suas atividades, deixando os assistidos sem atendimento.

Uma representante da AMADA — Associação Macaense dos Deficientes Auditivos —, mãe de pessoa surda e voluntária na entidade há 24 anos, relatou a ausência de fonoaudiologia para adultos acima de 18 anos no município. Seu filho, com 21 anos, não tem acesso ao serviço de fonoaudiologia pelo sistema público desde que atingiu essa faixa etária. Denunciou a constante exigência de laudos novos, que impõem às famílias um ciclo infundável de burocracia. Informou que a AMADA realiza, de forma voluntária, parcerias para oferta de audiometria e atendimento em Libras, mas sem apoio financeiro da Prefeitura, funcionando inteiramente com trabalho voluntário, inclusive nos cargos administrativos, mesmo dispondo de prédio próprio doado à entidade. Ressaltou que diversas pessoas surdas a abordam nas ruas perguntando sobre como acessar audiometria, aprender Libras ou como funcionar o sistema de atendimento no município, evidenciando a falta de informação e de infraestrutura para esse público.

A Coordenadora Geral de Políticas para PCD, Caroline Mizurine, respondeu às demandas levantadas pela comunidade surda, apresentando avanços recentes. Informou que o ambulatório da unidade de saúde Dona Alba passou a contar com intérpretes de Libras presencialmente, além de modalidade de interpretação remota, em que o intérprete pode atender virtualmente pacientes em qualquer unidade do município, como a UPA Barra, por videoconferência. Reconheceu, porém, as dificuldades de contratação de intérpretes por meio de concurso público, pois a legislação vigente impede a contratação direta para esses cargos sem processo seletivo ou concurso, e que nos processos seletivos realizados não houve adesão suficiente, em razão da diferença salarial em relação ao mercado privado.

Caroline apresentou ainda informações sobre a plataforma ICOM, a modalidade de interpretação remota, por atendimento via videoconferência, infelizmente ainda não é uma realidade em Macaé. Por isso, a mesma cita que está tentando convencer a gestão municipal nesse sentido.



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Macaé
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011.

GABINETE VEREADOR LUCIANO DINIZ

O ICOM é uma plataforma dos Amigos Metroviários dos Excepcionais - AME, com sede em Tatuapé-SP. A parceria com a UFRJ se dará por meio do projeto de extensão chamado PAIDE - Projeto de Acessibilidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência na Educação. Associações que se adequaram ao Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei Federal 13.019/2014): Pestalozzi, Portadores de Alegria, Sentrinho e APAE. Informou que a Prefeitura de Macaé, sob conhecimento do Prefeito Welberth, está em vias de celebrar contratação com essa empresa, com reunião online agendada com a Secretaria de Ciência e Tecnologia para os dias seguintes. Apresentou ainda uma ação intersetorial voltada à capacitação básica dos agentes dos CRASes em Libras, fruto de parceria com a UFRJ por meio do projeto de extensão PAIVD (Projeto de Acessibilidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência na Educação), prevista para ocorrer em maio, beneficiando ao menos 30 agentes, que aprenderão a responder perguntas básicas dos formulários dos CRASes em Libras.

Caroline esclareceu ainda o funcionamento do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), lei federal de 2014, regulamentada em 2015, que substituiu a prática de repasses financeiros motivados por critérios político-partidários por um processo criterioso e transparente de celebração de parcerias público-privadas. Reconheceu que a mudança desse marco deixou muitas organizações sem o suporte ao qual estavam habituadas, mas afirmou que as organizações que se adequaram às exigências legais — como Pestalozzi, Portadores da Alegria, PAI e Sentrinho — conseguiram manter-se. Defendeu que as demais organizações se fortaleçam institucionalmente para acessar os recursos públicos por meio dos mecanismos previstos na lei, e que a responsabilidade da gestão pública recai sobre os assistidos, não sobre as instituições em si. Informou que o Prefeito Welberth manifestou intenção de criar uma Subsecretaria vinculada à Secretaria de Governo para tratar das políticas de acessibilidade com maior autonomia, dotação orçamentária e equipe própria, sem retirar das secretarias temáticas suas respectivas responsabilidades.

O representante do Basquete sobre Rodas expressou a importância do esporte adaptado e as dificuldades enfrentadas pela modalidade, especialmente no que diz respeito ao transporte dos atletas com deficiência até os ginásios de treinamento. Relatou que os ônibus nem sempre são adaptados e que, mesmo quando são, o deslocamento é longo e desgastante. Destacou a dificuldade de trazer



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Macaé
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011.

GABINETE VEREADOR LUCIANO DINIZ

peças com deficiência para atividades coletivas, pois muitas famílias temem que a participação em programas públicos implique perda de benefícios previdenciários. Propôs que o centro de referência e os parlamentares atuem no esclarecimento dessas famílias, orientando-as de que os serviços ofertados representam um acréscimo de direitos, e não uma ameaça ao que já possuem. Apresentou o projeto que tramita na Câmara relacionado ao ICMS solidário, que poderia beneficiar entidades como a sua, e sinalizou intenção de expandir a oferta de modalidades esportivas adaptadas no município, incluindo bocha, gol ball e outras.

DOS ENCAMINHAMENTOS

Ao final dos debates, o Vereador Luciano Diniz, na qualidade de relator, sistematizou os principais encaminhamentos deliberados ao longo da reunião. O primeiro deles foi a elaboração de ofício, a ser assinado pelos vereadores da Frente, dirigido à Secretaria de Alta e Média Complexidade, solicitando a garantia de acesso a intérprete de Libras para mulheres surdas no momento do parto, tratando-se de demanda urgente, especialmente em face do caso de uma paciente identificada como Gliciane, com parto previsto para o dia seguinte à reunião. O segundo encaminhamento foi a articulação em torno do fortalecimento das instituições do terceiro setor existentes no município, de forma que o futuro centro de referência contemple e possibilite a coexistência dessas entidades, assegurando continuidade dos serviços por elas prestados. O terceiro encaminhamento foi o envio à equipe responsável pela elaboração do centro de referência do documento elaborado pelas organizações da sociedade civil, para que sirva como insumo técnico ao processo de planejamento do equipamento.

O Presidente Cesinha agradeceu a presença e participação de todos, reafirmando que a Frente Parlamentar não existe apenas para a realização de reuniões periódicas, mas para trabalhar efetivamente pelas demandas apresentadas. Convidou a todos a buscarem os vereadores membros da Frente sempre que necessário, por meio de seus gabinetes ou diretamente, para que as dificuldades individuais e coletivas possam ser encaminhadas com agilidade.

DO ENCERRAMENTO



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Macaé
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011.

GABINETE VEREADOR LUCIANO DINIZ

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Frente Parlamentar, Vereador Cesinha, declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, após lida e aprovada, seguirá assinada pelos presentes.

Macaé, 07 de abril de 2026.

Vereador Nilton César Pereira Moreira — Cesinha

Presidente da Frente Parlamentar PCD

Vereadora Liomar Queiroz

Membro da Frente Parlamentar PCD

Vereadora Dra. mayara Rezende

Membro da Frente Parlamentar PCD

Vereador Luciano Diniz

Membro da Frente Parlamentar PCD

Vereadora Leandra Lopes

Membro da Frente Parlamentar PCD (ausente justificada)